

A CPI do Orçamento encerrou ontem seus trabalhos apontando 16 deputados, um suplente de deputado e um senador para cassação, por atentado ao decoro e crimes diversos como corrupção ativa, corrupção passiva, estelionato, formação de quadrilha, crime de colarinho branco e utilização indevida de verbas públicas. Dos 43 parlamentares suspeitos, 11 continuarão sendo investigados pelas Mesas da Câmara e do Senado, um foi entregue ao Ministério Público, outro à Receita Federal e 12 foram inocentados. À noite, o relatório final do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) foi aprovado por unanimidade.

Ao contrário da CPI do esquema PC, a leitura do relatório final da CPI do Orçamento não atraiu público. O senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), presidente da Comissão, tinha reservado o auditório de número 3, do Senado, que tem um telão, para a assistência interessada em ver o resultado dos trabalhos. Mas os curiosos foram poucos. A maioria, funcionários do Senado, que logo se cansaram da exaustiva leitura das mais de 600 páginas do relatório final.

A sessão final da CPI começou às 9h30, com meia-hora de atraso. Passarinho e o vice-presidente, deputado Odacir Klein (PMDB-RS), entraram no auditório 13 minutos após a hora marcada para o início dos trabalhos. O relator só foi aparecer às 9h25. Ele estava no Serviço de Processamento de Dados do Senado supervisionando a impressão das cópias do relatório.

109 sessões

JOSÉ CARLOS, O PRIMEIRO.

No total, a CPI fez 109 sessões, em 93 dias de trabalho praticamente ininterruptos, pois as subcomissões tiveram atividades durante todos os finais de semana, desde a sua instalação, no dia 20 de outubro. Foram tomados 70 depoimentos e quem mais falou à CPI foi o ex-diretor-geral de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos. Primeiro a depor, José Carlos foi visitado, oficialmente, por integrantes da CPI, por mais cinco vezes, em sua cela, na PF. O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) prestou dois depoimentos. Julgou-se ter saído bem nos dois. Mas de nada adiantaram seus argumentos. Está apontado para cassação.

Quem mais protelou os trabalhos da CPI foi o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS). Ele conseguiu adiar o depoimento por três vezes, alegando que tinha mandado fazer auditoria particular em suas contas bancárias. Acabou depondo sem o resultado da auditoria e quando o enviou à CPI, esta achou por bem desconsiderá-lo. Também está apontado para a cassação, por falta de decoro parlamentar e patrimônio incompatível com a renda.

A segurança na última sessão da CPI foi feita por 300 homens, sendo que 100 destes ficaram dentro do plenário do Auditório Petrólio Portella, do Senado. Passarinho, Magalhães e os senadores José Paulo Bisol (PSB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) tiveram a segurança reforçada. Os dois primeiros, por serem da Mesa; os dois últimos, porque foram amea-

CPI DO ORÇAMENTO CHEGA AO FIM

RELATÓRIO É APROVADO POR UNANIMIDADE

Além de 16 deputados, um suplente e um senador foram indicados para cassação. Passarinho teve de enfrentar mais uma vez o deputado Anníbal Teixeira, que foi até o plenário reclamar de sua inclusão na lista dos cassados (foto).



José Paulo Lacerda/AE

POLÍTICA

Arquivo/AE



Inocência: um mês.

Nesta página: relatório da CPI é aprovado por unanimidade, apesar de tumultos, reclamações e brigas.

Alguns parlamentares ficam para investigações posteriores.

Página 4: Câmara deve aprovar cassações em um mês.

Página 5: todos os incriminados e todos os inocentados.

Página 6: as melhores frases da CPI e entrevista com José Carlos Alves dos Santos. Página 7: manobras de última hora tentam salvar Ibsen,

Fiúza e Genebaldo. O que deve ser feito para que o escândalo do Orçamento não se repita. Página 8: CPIs das empreiteiras e da CUT devem começar logo.

Casos dos governadores investigados vão ao Ministério Público. O que faltou investigar. Página 9: relatório final recomenda mudanças na estrutura de poder.

Página 10: campanha do JT traz entrevista com José Serra sobre o saldo da CPI.



Passarinho: briga com Aníbal no plenário

çados de morte. Um dos autores da ameaça foi o deputado Ricardo Fiúza. A segurança, no entanto, não teve problemas.

Já o presidente da CPI não teve a mesma sorte. Pela segunda, viu-se obrigado a por o deputado Anníbal Teixeira (PP-MG) para fora. "É melhor se retirar porque o ambiente aqui não está bom para o senhor", disse Passarinho a Anníbal Teixeira, às 17 horas de ontem, já próximo do final da leitura do relatório.

Revoltado, Anníbal tinha ido até o plenário para reclamar contra a inclusão de seu nome entre os que deverão ser cassados, por atentado ao decoro e envolvimento nas irregularidades do Orçamento. Antes que Anníbal conseguisse transpor a primeira fila de cadeiras do auditório, Passarinho percebeu o tumulto. De cara amarrada, o presidente da CPI deixou a cadeira que ocupava e foi até o deputado que, aos brados, clamava por "justiça". "Desafio o senador Jarbas Passarinho e o senador José Paulo Bisol a compararem o patrimônio deles com o meu", disse o deputado Anníbal Teixeira.

Clima de tensão

ULDURICO: 'ZUMBI'.

Há cerca de 40 dias, Anníbal Teixeira invadiu a sala da CPI, querendo ser ouvido de qualquer jeito. Passarinho pediu que ele se retirasse e não foi obedecido. Então, o presidente da CPI levantou-se e ameaçou botar Anníbal para fora, à força. O deputado saiu gritando palavrões.

O clima de tensão no Congresso, no entanto, começou dias antes da leitura do relatório final. Nos quatro dias que antecederam a divulgação do relatório, o deputado Uldurico Pinto (PSB-BA) — olhos esbugalhados, andar apressado, cabelo em desalinho e roupa amarrotada — vagou pelos corredores do Senado, dia e noite, como um zumbi. Uldurico encarnou o melhor exemplo da nova categoria de parlamentares que apareceu no final da CPI: a dos mortos-vivos. Aqueles que até a conclusão do relatório estavam numa espécie de limbo, sem saber se seriam apontados ou não para cassação.

Uldurico foi mais longe em entrou em greve de fome, em protesto contra sua inclusão no relatório. "Saio daqui inocente ou morto", prometeu o deputado, que passou a noite no plenário da Câmara cercado por seguranças. Ao tomar conhecimento do protesto, Passarinho disse apenas: "Ele vai perder alguns quilos". Uldurico está incluído entre os parlamentares que continuarão sendo investigados. Há suspeita de que ele recebeu US\$ 3.600 destinados à prefeitura de Porto Seguro, quando seu irmão era o prefeito.

Entre os 18 cassados somente o deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do ex-presidente do Senado, senador Mauro Benevides, teve coragem de ir até o plenário. Ele tentou se defender mostrando aos integrantes da CPI documentos que, segundo ele, provavam uma alteração na sua movimentação bancária. Segundo o deputado Benevides, a CPI errou os números de suas contas. A iniciativa, entretanto, não teve efeito.